

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 62.469.998/0001-25

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Carta de Apresentação	6
Relatório da Administração	7
Balço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
1) Contexto Operacional	13
2) Apresentação das Demonstrações Financeiras	13
3) Principais práticas contábeis	13
4) Principais práticas contábeis	14
5) Caixa e equivalentes de caixa	15
6) Patrimônio líquido	15
7) Gerenciamento de riscos	16
8) Outros assuntos	16

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Diretores da
Tino Sociedade de Crédito Direto S.A.
CNPJ 62.469.998/0001-25
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Tino Sociedade de Crédito Direto S.A.** (“Tino” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis relevantes e demais informações explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Entidade em fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, que menciona que a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, não tendo gerado receitas operacionais até 31 de dezembro de 2025. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.

CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

Douglas Souza De Oliveira

Douglas Souza de Oliveira

Contador CRC 1SP191325/O-0

TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.


CNPJ 62.469.998/0001-25

Carta de Apresentação

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 236/2022, a **TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("Companhia") apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório da Auditoria Independente;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração do resultado;
- e) Demonstração do resultado abrangente;
- f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- g) Demonstração do fluxo de caixa; e
- h) Notas explicativas correspondentes.

Por Fim, cumpre saliente que a Administração da Companhia é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras livres de distorções.

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO SONEGO DE OLIVEIRA**
Data: 02/04/2026 07:46:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PEDRO SONEGO DE OLIVEIRA
Diretor responsável pela Contabilidade

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO:88279820868
Assinado de forma digital por LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO:88279820868
Dados: 2026.03.31 19:33:20 -03'00'

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO
Contador CRC 1SP105235/O-6

TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ 62.469.998/0001-25

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da **TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“Companhia”)** relativa ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A **Companhia** foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 07 de novembro de 2024, conforme publicação no DOU, edição 216, seção 3, página 188, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, em 29 de agosto de 2025, sob nº NIRE 35300674359.

A **Companhia** é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

A **Companhia**, com base prevista no artigo 42, parágrafo 5º, da Resolução BCB 2/2020, apresenta suas demonstrações, do semestre e exercício findos em 31/12/2025, sem comparação com períodos anteriores.

A Diretoria

TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 62.469.998/0001-25

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	dez/2025
<u>CIRCULANTE</u>	
Disponibilidades	3.723
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.723
Operações de Crédito	3
Setor Privado	3
Total do Ativo Circulante	3.726
TOTAL DO ATIVO	3.726
Passivo	dez/2025
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	
Capital Social	3.738
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(12)
Total do Patrimônio Líquido	3.726
TOTAL DO PASSIVO	3.726

TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 62.469.998/0001-25

Demonstração do resultado
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	2ºSEM2025	EXERCÍCIO 2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>0</u>	<u>0</u>
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>0</u>	<u>0</u>
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>0</u>	<u>0</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
Outras Despesas Administrativas	(12)	(12)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>0</u>	<u>0</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
Quantidade de Ações ON Integralizadas	3.738.016	3.738.016
Lucro/(Prejuízo) por ação	(0,00309)	(0,00309)

TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 62.469.998/0001-25

Demonstração do resultado abrangente
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2ºSEM2025	EXERCÍCIO 2025
Resultado Líquido do Período	(12)	(12)
(+/-) Outros Resultados Abrangentes da Instituição:	0	0
Resultado Abrangente do Período	(12)	(12)

TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 62.469.998/0001-25

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mutações do Patrimônio Líquido	Capital	Capital a Realizar	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2025	3738	(3.738)	0	0
Integralização de Capital Inicial (29/08/2025)	0	3738	0	3738
Resultado líquido do período	0	0	(12)	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3738	0	(12)	3726
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.738	(3.738)	0	0
Integralização de Capital Inicial (29/08/2025)	0	3.738	0	3.738
Resultado líquido do período	0	0	(12)	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.738	0	(12)	3.726

TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 62.469.998/0001-25

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto	2ºSEM2025	EXERCÍCIO 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado Líquido do Período	(12)	(12)
Resultado Líquido Ajustado	(12)	(12)
Variações nas contas do Ativo e Passivo		
(Aumento)/Redução de Operações de crédito	(3)	(3)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	(15)	(15)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	0	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capital inicial integralizado (29/08/2025)	3.738	3.738
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	3.738	3.738
Aumento/(Redução) líquido no caixa e equivalentes a caixa	3.723	3.723
Demonstração do aumento/(redução) nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes a caixa no começo do período	0	0
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	3.723	3.723
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.723	3.723

TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 62.469.998/0001-25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1) Contexto Operacional

A **TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (“**Companhia**”), é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A **Companhia** tem como objeto social, a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

A **Companhia** foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 07 de novembro de 2024, conforme publicação no DOU, edição 216, seção 3, página 188 e ofício Ofício 30.542/2024–BCB/Deorf/GTPAL, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, em 29 de agosto de 2025, sob nº NIRE 35300674359.

A companhia encontra-se em fase pré-operacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não tendo gerado receitas operacionais.

2) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Financeiras da **Companhia** estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.910/21 do CMN e da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As Demonstrações Financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da **Companhia** e foram por ela aprovadas em 03 de fevereiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3) Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir:

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da **Companhia**. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata dia.

TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 62.469.998/0001-25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Capital social

O investimento efetuado na **Companhia** pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

3.4. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A **Companhia** avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

3.5. Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

3.6. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

4) Principais práticas contábeis

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 62.469.998/0001-25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

- **Provisão para riscos de crédito:** Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos exercícios de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 4966/2021.
- **Imposto de Renda e Contribuição Social:** a administração optou pelo Lucro Real anual as taxas de 15% e 10% adicional para Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

5) **Caixa e equivalentes de caixa**

<u>Descrição</u>	<u>dez/25</u>
Depósitos Bancários	3.723

Em 31 de dezembro de 2025 os ativos estão em conta corrente do Banco Itaú.

6) **Patrimônio líquido**

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da **Companhia** é de 3.738.016 de ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido do exercício da **Companhia**, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela **Companhia**, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da **Companhia**, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

d) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 62.469.998/0001-25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7) **Gerenciamento de riscos**

Estrutura de gerenciamento de risco operacional, mercado e crédito A **Companhia**, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a **Companhia** conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

Risco de mercado: Os instrumentos financeiros da **Companhia** são classificados como carteira de negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da **Companhia**.

Risco de crédito: O processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado de fornecedor terceiro. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.

Risco de liquidez: A **Companhia** trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa.

Risco operacional: A análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades da **Companhia**, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes. Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos.

8) **Outros assuntos**

- i. Em 21 de janeiro de 2025 a administração solicitou a desvinculação das LFTs que estavam custodiadas na conta de terceiros de sua controladora, Tino Participações Ltda., como garantia do processo de obtenção da licença de sociedade de crédito direto. O processo foi concluído e após abertura de conta corrente junto ao Banco Itaú S.A. em 15 de agosto de 2025, foi iniciado o processo de arquivamento de seus atos constitutivos junto à Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP.
- ii. Após cumpridas as etapas acima, em 29 de agosto de 2025 o capital foi integralizado na **Companhia** no valor de R\$ 3.738.
- iii. A **Companhia** teve seus atos constitutivos arquivados na JUCESP, em 29 de agosto de 2025, sob nº NIRE 35300674359, data que teve seu CNPJ constituído.
- iv. Em 03 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil (BACEN) publicou a Resolução CMN 517 e Resolução Conjunta 14, que tratam de novos limites mínimos de capital social e patrimônio líquido para as instituições financeiras e instituições autorizadas pelo BACEN.

A Administração está avaliando as normas para a capitalização nos prazos de transição definidos nas respectivas normas.

TINO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 62.469.998/0001-25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* * *